

ENSINO DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES DE MINAS GERAIS

TEACHING GOVERNMENTAL ACCOUNTING: AN ANALYSIS OF THE COURSE CURRICULUM OF ACCOUNTING UNDERGRADUATE COURSES IN IES OF MINAS GERAIS

O artigo foi aprovado e apresentado no XII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, realizado de 05/06 a 07/06 de 2019, em Belo Horizonte (MG)

RESUMO

A Contabilidade Governamental bem aplicada é fundamental para os países em desenvolvimento, visto que pode gerar benefícios econômicos e ainda diminuir armadilhas fiscais e falhas de governança de um país. Sendo assim, o presente estudo objetiva analisar a carga horária adotada nas grades curriculares referentes ao ensino de Contabilidade Governamental em cada tipo de Instituição de Ensino Superior (IES) de Minas Gerais de acordo com a modalidade de ensino. A amostra objeto da pesquisa é formada por 139 IES públicas e privadas de Minas Gerais que oferecem os cursos de graduação em Ciências Contábeis. Utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney para analisar as médias das cargas horárias referentes ao ensino de Contabilidade Governamental. Os resultados encontrados revelam que as IES mineiras possuem deficiência na carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental, visto que a média geral foi de 77,63 horas (disciplina obrigatória), e a carga horária proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é de 180 horas. O resultado do teste de *Mann Whitney* aponta que as IES mineiras não possuem em suas grades curriculares diferença estatisticamente significativa na carga horária de Contabilidade Governamental. Logo, infere-se que não há diferença de carga horária ofertada no ensino dessa disciplina pelas IES públicas e privadas, presenciais e a distância.

Palavras-chave: Ensino contábil; Matrizes curriculares; Contabilidade Governamental.

ABSTRACT

The well-applied Government Accounting is essential for developing countries, as it can generate economic benefits and reduce the country's fiscal traps and governance failures. Thus, the present study aims to analyze the workload adopted in the course curriculum related to Government Accounting in each type of Higher Education Institution (HEI) of Minas Gerais according to the teaching modality. The sample object of the research is formed by 139 public and private HEIs from Minas Gerais that offer undergraduate courses in Accounting. It used the Mann-Whitney non-parametric test to analyze the average of course load related to the teaching of Government Accounting. The results reveal that the HEIs from Minas Gerais has a deficient course load regarding the Government Accounting discipline since the general average was 77.63 hours (mandatory discipline), and the course load proposed by the Federal Accounting Council (CFC) is 180 hours. The result of the Mann Whitney test points out that the HEIs in Minas Gerais do not have a statistically significant difference in the course load of Government Accounting in their course curriculum. Therefore, it is possible to conclude that there is no difference in the number of hours offered in this discipline by public and private HEIs, face-to-face and online courses.

Keywords: Accounting education; Course curriculum; Government Accounting.

Marielle Luiz de Oliveira

Graduada em ciências contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP). Contato: Avenida Brasil Oeste S/N, Bairro Jardim Zenith, Monte Carmelo, MG, CEP: 38.500-000. E-mail: marielleluiza2014@gmail.com

Alessandra Vieira Cunha Marques

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Auditoria e Perícia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Controladoria e Finanças Empresariais pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduada em ciências contábeis pelo Centro Universitário do Cerrado - Patrocínio (UNICERP). Docente do curso de ciências contábeis no Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP). Contato: Avenida Brasil Oeste S/N, Bairro Jardim Zenith, Monte Carmelo, MG, CEP: 38.500-000. E-mail: alessandra1909@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Dentro do contexto de toda empresa, destaca-se o contador como um dos profissionais mais importantes, pois ele está a par da situação econômica e financeira da organização, bem como de suas necessidades (Ribeiro, 2009). No contexto da Contabilidade Governamental, o contador também exerce função relevante, visto que ele é o responsável pela *accountability* e transparência financeira governamental. Apesar desse destaque, alguns estudos, como os de Trombetta e Cornachione (2005), Navarro (2006), Silva (2017), e Sorgetz, Ribeiro, Gamarra, Grams e Berlatto (2014), apontam melhorias no ensino de Contabilidade no Brasil para atender as necessidades da sociedade pós-modernidade.

De acordo com Albrecht e Sack (2000), a grade curricular das IES tem formado contadores com *expertise* técnica, porém sem habilidades em negócios. O cenário vivenciado é um mercado inovador e dinâmico e um ensino em Contabilidade tradicionalista. Enquanto o mercado fala em indústria 4.0, o perfil desejado do profissional e as competências, habilidades e conteúdos curriculares da área contábil são pautados por uma resolução do ano de 2004 (Resolução CNE/CSE 10/2004).

A Contabilidade Governamental, assim como a Contabilidade do setor privado, tem passado por grandes transformações – dentre elas, destaca-se o processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público. De acordo com Cabello, Bilancieri e Azevedo (2019), a Contabilidade Governamental tornou-se mais complexa do que a Contabilidade do setor privado devido à necessidade de cumprimento de leis orçamentárias, fiscais e das normas de contabilidade patrimonial. Além disso, é a área de atuação mais almejada pelos discentes em contábeis (Sorgetz *et al.* 2014), logo, carece de atenção das IES.

Apesar de seguirem padrões estabelecidos pelo CNE (Resolução CNE/CSE 10/2004), as IES têm autonomia na elaboração das grades curriculares dos seus cursos de Ciências Contábeis, articulando nelas a inclusão de módulos que melhor qualifiquem o ensino. O CFC (2009) apenas recomenda a carga horária mínima das áreas de conhecimento, e cada IES tem discricionariedade para definir as disciplinas do curso, bem como a carga horária de cada uma delas, inclusive de disciplinas que abordem o tema setor público.

Segundo Chan (2010), o desenvolvimento político e econômico de um país está vinculado ao desenvolvimento da Contabilidade Governamental. Contudo, as IES não têm dado a merecida atenção para essa área de conhecimento, pois Feijó (2011) evidencia que é comum que o aluno da área contábil tenha, ao longo de todo o curso, apenas uma disciplina voltada para a área pública, contrariando a recomendação do CFC (2009) de uma carga horária mínima de 180 horas.

Feijó (2011) destaca que se trata de uma carga horária deficiente, o que não permite que os alunos adquiram os conhecimentos inerentes à profissão contábil do setor governamental. Além disso, a Contabilidade Governamental subdesenvolvida gera armadilhas fiscais e falhas de governança, e esta, por sua vez, resulta em corrupção e subdesenvolvimento de um país (Chan, 2010).

Para atuar como contador de entidades públicas, os profissionais contábeis devem desenvolver competências relacionadas ao fornecimento de informação aos usuários sobre os resultados alcançados e aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações (CFC, 2009). Além disso, eles devem estar preparados para a adoção das normas internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público, o que vem ocorrendo desde 2008 e tem aumentado a exigência por qualificação (Reis, Sediayama, Moreira & Moreira, 2015). Logo, o Projeto Político Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis deve estar adequado à demanda do mercado de trabalho e às mudanças nas normas e práticas contábeis (Sachuk & Shinzaki, 2007).

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo analisar a carga horária adotada nas grades curriculares em relação ao ensino de Contabilidade Governamental em cada tipo de IES de Minas Gerais de acordo com cada modalidade de ensino. Para tanto, analisaram-se os projetos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades mineiras públicas e privadas, com o intuito de obter as disciplinas ofertadas por essas faculdades, bem como a grade horária de cada disciplina do referido curso. Procedeu-se, também, a mesma análise, agrupando as IES nas modalidades de ensino a distância e presencial. Para o tratamento dos dados relacionados às cargas horárias, foi utilizado o teste de diferenças de médias não paramétricas de *Mann-Whitney*.

A relevância desta pesquisa está na representatividade do curso para a sociedade, uma vez que, de acordo com o Ministério da Educação - Sistema e-MEC, no ano de 2017, existiam 1.729 cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Além disso, os dados do Censo de Educação Superior, que é realizado pelo INEP, no ano de 2016, reforçam a relevância do curso de Ciências Contábeis, visto que ele ocupou o 5º lugar no *ranking* dos cursos superiores mais procurados no Brasil, tendo 355.425 alunos matriculados nos 27 estados.

Os resultados desta pesquisa podem ser úteis para que coordenadores de curso, docentes, órgãos de classe e discentes repensem a carga horária de Contabilidade Governamental, visto que estudos anteriores (Dutra, 2003; Giroto, 2010; Curty & Tavares, 2014) apontam para a carência do ensino dessa área nas IES. Com isso, ao apontar as deficiências, o estudo pretende contribuir para futuras melhorias do referido curso das IES de Minas Gerais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A educação contábil e o mercado de trabalho no Brasil

O mercado de trabalho, para o profissional contábil, é amplo e com muitas oportunidades, pois trata-se de um *expert* indispensável em todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas (Marion, 2001). Logo, espera-se que as IES façam

um estudo detalhado da profissão no momento de elaborar o projeto do curso de Ciências Contábeis. Sendo assim, as IES precisam identificar as habilidades e conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho brasileiro para a formatação da grade curricular do referido curso, para que, assim, o contador desenvolva sua carreira desde a graduação, atendendo a essas exigências (Santos, Sobral, Correa, Antoniovz & Santos, 2011).

Leal, Soares e Souza (2008) realizaram uma pesquisa com contadores da cidade de Uberlândia-MG e identificaram as exigências do mercado de trabalho para o profissional contábil, como também os conhecimentos específicos necessários, comparando as exigências com as perspectivas dos alunos formados em Ciências Contábeis. Os autores concluíram que as necessidades do mercado de trabalho em relação ao profissional contábil não estavam alinhadas com as perspectivas que os alunos tinham do mercado. De acordo com os autores, isso indica que as IES devem estar atentas às necessidades do mercado e adequar seus métodos de ensino e currículos, incluindo as competências de identificar problemas, formular e implantar soluções, além de inserir procedimentos de ensino que incluam habilidades de liderança.

Cabral e Andrade (2018) analisaram as ementas e os conteúdos programáticos dos cursos de Ciências Contábeis das IES de Minas Gerais, buscando o nível de aderência das disciplinas de Contabilidade Governamental face às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Para tanto, eles elaboraram o Índice de Análise de Aderência (INBCASP), cuja média nessas IES mineiras foi de 40,9% em relação às normas. Constatou-se, no referido estudo, que fatores como a quantidade de disciplinas oferecidas pelas IES mostraram ter influência no grau de aderência média às NBCASP, concluindo, assim, que a carga horária aplicada ao ensino do conteúdo de Contabilidade Governamental interfere positivamente no INBCASP.

Maciel, Kronbauer, Ott, Barbosa e Marquezan (2015) fizeram um estudo semelhante nas IES do Rio Grande do Sul, examinando também as ementas e os conteúdos programáticos dos Curso de Ciências Contábeis e utilizando o INBCASP. Os resultados revelaram que as instituições atendem de forma significativa às proposições das NBCASP no ensino da Contabilidade Governamental, em que a média de aderência nas instituições foi de 72,4% com relação ao conteúdo dessas normas. As comparações realizadas entre a categoria de ensino e a organização acadêmica da instituição não revelaram diferenças significativas nos níveis de aderência avaliados.

Dutra (2003) realizou um estudo de campo na cidade de Florianópolis e entrevistou 30 contadores aleatoriamente, com o objetivo de sanar dúvidas sobre o curso de Ciências Contábeis. Ele questionou os entrevistados se os atuais currículos do curso em questão deveriam focalizar uma área específica ou ser um curso genérico. Do total de participantes, 83% responderam que o curso deveria manter o foco em disciplinas específicas, e a área mais indicada pelos respondentes do estudo foi Contabilidade Governamental. Os contadores que participaram da entrevista justificaram sua resposta, salientando que existem muitos entes públicos na grande Florianópolis, o que resulta em demanda desses profissionais. Os contabilistas citaram, também, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, por sua importância no meio público, proporciona a esses profissionais uma oportunidade a mais de se destacar na sociedade.

Todavia, esse anseio dos contadores não tem sido atendido pelas IES, pois, segundo Giroto (2010), há insuficiência de disciplinas que abordam o setor governamental na maioria dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Além dos anseios dos profissionais, existe a demanda da sociedade, visto que “[...] sistemas contábeis melhorados podem facilmente conduzir às melhorias na gestão financeira governamental (Chan, 2010). Essa demanda se torna ainda mais evidente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, em que a corrupção é um problema grave (Rose-Ackerman, 1999).

Rodrigues e Miranda (2013), ao analisarem os conteúdos mais recorrentes em concursos no período de 2011 e 2012, para o cargo de contador no Brasil, também reforçam a necessidade de as IES se atentarem ao currículo oferecido no curso de Ciências Contábeis, visto que 40% do conteúdo cobrado nos certames se referem à disciplina de Contabilidade Governamental, seguida de Contabilidade Básica (15%), Contabilidade Tributária (7,5%), Estrutura das Demonstrações Contábeis (7,5%), Contabilidade de Custos (7%), e Contabilidade Societária (6,5%).

Tais achados são preocupantes, visto que Chan (2010) alerta que essa escassez de contadores qualificados é um grave entrave a ser superado na promoção de maior *accountability* e transparência financeira governamental.

2.3. A participação da Contabilidade Governamental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil

De acordo com Dutra (2003), as IES, atualmente, possuem autonomia na elaboração de seus currículos, o que acarreta duas peculiaridades. A primeira diz respeito à autonomia, que permite que uma IES defina a sua própria política educacional; já a segunda está relacionada ao encargo que isso acarreta, pois ela é responsável pela definição de seus próprios currículos e, por esta razão, não pode mais atribuir a terceiros a culpa por eventuais problemas.

Contudo, essa liberdade quanto à matriz curricular trouxe prejuízos para o ensino de Contabilidade Governamental. Cavalcante, Aquino, De Luca, Ponte e Bugarim (2011) realizaram um estudo que analisou os currículos adotados pelas universidades federais brasileiras para os cursos de Ciências Contábeis e os comparou com o currículo mundial elaborado pela ONU/UNCTAD/ISAR. Verificou-se que diversas IES federais no Brasil ofertam disciplinas em consonância com o currículo mundial. Nota-se, todavia, que esse número ainda não é suficiente, visto que os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das IES pesquisadas possuem menos de 50% de adequação às disciplinas do currículo mundial. Os autores concluíram que os currículos dos cursos de Contabilidade das IES pesquisadas não estão adequados ao currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, visto que a universidade com maior proporção de adequação alcança apenas 48,94%.

Silva, Miranda e Pereira (2017) também contribuem com a discussão sobre o ensino da Contabilidade Governamental. Os autores observaram, por meio da análise do ENADE e da proposta curricular do CFC (2009) em cursos brasileiros de Ciências Contábeis, que a disciplina de Finanças e Contabilidade Governamental possui carga horária mínima de 80 horas para 50% das IES pesquisadas, média de 98,93 horas para a referida disciplina, e também o desvio padrão de 38,05 horas. Os autores ainda destacam que algumas IES nem ministram a referida disciplina, pois os resultados apontam carga horária zero em algumas instituições.

Esses achados contrariam o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, que sugere a disciplina de Contabilidade Governamental nos currículos das IES que ministram o curso de Ciências Contábeis. Além disso, como a carga horária da mencionada disciplina sugerida pelo CFC (2009) é de 180 horas, verifica-se uma deficiência no ensino da Contabilidade Governamental no Brasil

3. METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se como descritivo, pois levanta informações acerca do ensino da disciplina de Contabilidade Governamental presente nas grades curriculares das IES de Minas Gerais (Gil, 2010; Prodanov & Freitas, 2013). Quanto ao método, a pesquisa classifica-se em qualitativa e quantitativa por tratar de revisão da literatura, coletando os dados e por empregar instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (Beuren, 2006)

Utilizou-se o teste de diferenças de médias não paramétrico de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis para avaliar as hipóteses da pesquisa (H_0 : Carga horária das IES públicas = das IES privadas e H_0 : A carga horária das IES presenciais = das IES a distância), uma vez que as variáveis de estudo não apresentaram distribuição normal (Fávero & Belfiore, 2017). A normalidade foi verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W).

A população inicial, objeto desse estudo, constituiu-se de todas as 160 IES de Minas Gerais e que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis, na modalidade presencial ou a distância, que estivessem em atividade e cadastradas no MEC no período da pesquisa, ou seja, no primeiro semestre do ano de 2018. A amostra final da pesquisa é de 139 IES, ou seja, 86,87% da população total, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Formação da amostra da pesquisa

Descrição	Quantidade
IES que possuem o curso de Ciências Contábeis em Minas Gerais, no ano de 2018	160
(-) IES que não possuem o curso de Ciências Contábeis e estão cadastradas no e-MEC como se tivessem	(3)
(-) IES que não deram retorno sobre as grades curriculares do curso de Ciências Contábeis	(18)
(=) Amostra final da pesquisa	139

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A amostra final da pesquisa foi definida pela disponibilidade de dados (planos de cursos) nos portais eletrônicos das IES e também pelas respostas aos contatos via correio eletrônico realizados pelas pesquisadoras, juntamente com as coordenações dos cursos.

Verificam-se, na Tabela 2, as características das IES da pesquisa, que foram segregadas por tipo de organização (privada ou pública) e também por modalidade de ensino (presencial ou a distância).

Constata-se que as IES mineiras que oferecem o curso de Ciências Contábeis são, em sua maioria, organizações privadas (131 instituições, representando 94,20% do total); e o restante (5,80%) é composto por instituições públicas de ensino (ou seja, apenas oito universidades públicas).

Tabela 2 - IES por tipo de organização e modalidade em julho

	Quantidade	Frequência percentual
IES privadas	131	94,24%
IES públicas	8	5,76%
Total	139	100%
IES com educação presencial	88	63,31%
IES com educação a distância	51	36,69%
Total	139	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Também analisou-se a modalidade de ensino nessas instituições, ou seja, se o curso é presencial ou a distância. Nenhuma IES oferece a modalidade presencial e a distância ao mesmo tempo, e evidenciou-se que 63,04% dessas instituições possuem o ensino na modalidade presencial e 36,96% no modelo de ensino a distância.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Por meio da Tabela 3, constata-se que a média de carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental oferecida ao longo do referido curso é de 81,25 horas nas IES públicas, maior do que nas IES privadas, que apresentaram carga horária de 77,48 horas. As IES possuem uma média geral da carga horária de 78,53 horas. Ressalta-se que as grades curriculares analisadas apresentam a referida disciplina como obrigatória.

Esses achados corroboram o estudo de Feijó (2011), o qual salienta que é comum que o aluno da área contábil tenha, ao longo de todo o curso, apenas uma disciplina voltada para a área pública.

Tabela 3 - Carga horária por tipo de IES e modalidade de ensino

	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
IES públicas	81,25	60	60	60	150	34,82
IES privadas	77,48	80	80	0	160	27,23
IES presenciais	78,53	80	80	0	160	29,59
IES a distância	76,05	80	80	36	160	24,03
Média geral	78,53	-	-	-	-	27,62

Fonte: Elaborada pelas autoras

É importante destacar que essa baixa carga horária de Contabilidade governamental nas IES de Minas Gerais não atende aos anseios de formação profissional, destacados na pesquisa de Sorgetz *et al.* (2014) e isso é preocupante, já que contadores públicos qualificados são cruciais na luta global contra a corrupção governamental (Chan, 2010). Além disso, isso confirma os achados de Giroto (2010) e Machado e Casa Nova (2008), que mostraram que a carga horária de Contabilidade Governamental é deficiente, e ainda reforçam o estudo de Mulatinho (2007) quanto à necessidade de adequação de carga horária de Contabilidade Governamental.

Quando se fala de NBCASP, isso é ainda mais preocupante devido à complexidade desse novo modelo de Contabilidade apontado por Silva e Rosa (2016). Logo, as IES devem trabalhar as diversificações práticas e relatórios contábeis no setor público (Feijó, 2011).

Os egressos de Contabilidade que querem atuar como contadores públicos enfrentam dificuldades, sendo as principais: pouca experiência profissional, e grande complexidade de adaptação às normas IFRS por serem regramentos baseados em princípios (Curty & Tavares, 2014).

Essas médias de Contabilidade Governamental apontadas na Tabela 3 demonstram, ainda, que a carga horária da referida matéria nas IES mineiras é deficiente quando comparada à média nacional que é de 98,93 horas e, ainda mais alarmante, quando confrontadas com a proposta do CFC (2009) de 180 horas aulas (Silva *et al.*, 2017). Esses resultados demonstram que as IES mineiras precisam adequar a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, de modo que a carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental se emparelhe ao proposto pelo referido órgão de classe.

Quanto à modalidade de ensino, verificou-se que o ensino presencial possui uma carga horária *média* da disciplina Contabilidade Governamental de 78,53 horas enquanto o ensino a distância é de 76,05 horas. Apesar dessa diferença na carga horária, Musumeci (2002) e Russell (2001) afirmam que não há diferença de aprendizagem entre as modalidades de ensino (presencial e a distância), logo essa carga horária pode não influenciar na aprendizagem de Contabilidade Governamental.

Quanto ao desvio padrão geral, o presente estudo apresentou um resultado de 27,62, demonstrando que as IES mineiras apresentam dispersão em torno da média inferior ao coeficiente de variação nacional encontrado no estudo de Silva (2016), que foi de 38,05.

Quando se trata de carga horária mínima, verifica-se, na Tabela 3, que algumas IES privadas mineiras possuem uma carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental igual a zero, corroborando os achados de Giroto (2010) e Silva *et al.* (2017) sobre a carência de ensino de Contabilidade Governamental no Brasil. Os autores destacam que algumas IES nem ministram a referida disciplina, pois os resultados apontam carga horária zero em algumas instituições. Leal, Soares e Sousa (2008) e Brandalise, Fella e Zamin (2009) detectaram esse problema nas matrizes curriculares e alertaram que as IES devem se atentar para o ensino da Contabilidade Governamental.

Para verificar se as médias de carga horária de Contabilidade Governamental são estatisticamente diferentes entre grupos estabelecidos na Tabela 3 (tipo de instituição de ensino, modalidade de ensino), utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney em nível de significância de 5%. Na Tabela 4, são expostos os resultados desse teste para dois grupos: tipo de IES e modalidade de ensino.

Verifica-se, na Tabela 4, que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias da carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental das IES mineiras públicas e privadas, presenciais e a distância quando aplicado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Isso sugere que as matrizes curriculares das IES possuem carga horária deficiente em relação ao ensino de Contabilidade Governamental, tanto nas faculdades públicas quanto nas privadas, e que a modalidade de ensino (presencial e a distância) não influencia na determinação da carga horária da referida disciplina.

Esses achados se assemelham ao estudo de Maciel *et al.* (2015) realizado nas IES do Rio Grande do Sul, que constata que a categoria e a organização acadêmica da instituição não revelaram diferenças significativas no ensino, quando avaliada a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis.

Tabela 4 - Diferenças estatísticas (tipo de IES, modalidade de ensino)

Descrição	Quant. de IES	Média de carga horária de C.P.	Teste estatístico	
IES pública	8	81,25	Mann-Whitney U	- 0, 553
IES privada	131	77,48	P-value	0, 5802
Presencial	88	78,53	Mann-Whitney U	0, 390
a distância	51	76,05	P-value	0, 6969

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A pesquisa de Cabral e Andrade (2018) evidenciou que fatores como a quantidade de disciplinas de Contabilidade Governamental influenciam o grau de aderência média em relação às NBCASP. Os autores concluíram que a carga horária aplicada ao ensino do conteúdo de Contabilidade Governamental interfere positivamente no INBCASP, que foi o índice de aderência avaliado nas IES. Chan (2010) salienta que os recursos humanos aptos são peças-chave no sucesso da reforma em andamento da Contabilidade Governamental.

Sendo assim, infere-se que as IES têm uma função social importante no processo de qualificação desses profissionais contabilistas, os quais são protagonistas no processo de adoção das NBCASP, tidas por Chan (2010) como essenciais para os países em desenvolvimento. Segundo o autor, a Contabilidade Governamental traz benefícios sociais, pois contribui para o desenvolvimento econômico de um país. Com isso, torna-se oportuno que as IES mineiras promovam a revisão de suas matrizes curriculares e busquem a adequação da carga horária de Contabilidade Governamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo a análise da carga horária adotada nas grades curriculares referente ao ensino de Contabilidade Governamental nas IES de Minas Gerais. Para tanto, analisaram-se os projetos dos cursos de Ciências Contábeis das IES mineiras, com o intuito de obter as disciplinas ofertadas por essas IES, bem como a grade horária de cada disciplina do referido curso. Para o tratamento dos dados, foi utilizado o teste de diferenças de médias não paramétricas de *Mann-Whitney*.

As evidências encontradas sugerem que a carga horária de Contabilidade Governamental das IES mineiras é baixa (média de 78,53 horas), visto que a carga horária mínima de Contabilidade Governamental sugerida pelo CFC (2009) é de 180 horas, e o estudo demonstra que algumas dessas IES nem oferecem a referida disciplina. Ressalta-se, ainda, que as IES mineiras públicas e privadas, presenciais e a distância não possuem médias de carga horária da disciplina de Contabilidade Governamental estatisticamente significativas, o que indica que não há diferença no ensino de Contabilidade Governamental nas IES mineiras. O tipo (resultado mann Whitney = -0,553; p-value = 0,5802) e modalidade de ensino das IES (resultado mann Whitney = 0,390; p-value = 0,6969) não são fatores que influenciam a carga horária da referida disciplina.

Sendo assim, cabe às IES mineiras revisarem as matrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis, já que a Contabilidade Governamental subdesenvolvida gera armadilhas fiscais e falhas de governança, o que pode contribuir para a corrupção no país. A Contabilidade Governamental é essencial nos países em desenvolvimento devido aos benefícios econômicos que podem gerar, e Chan (2010) cita os principais: redução da pobreza, melhora na infraestrutura do país, e melhora da gestão dos recursos públicos.

Uma das limitações da pesquisa foi a falta de publicação das grades curriculares de algumas IES, o que impediu a conclusão dos resultados para todas as IES de Minas Gerais, visto que 18 IES não as publicaram (11,25% do total de IES de MG), nem deram retorno quando foram solicitadas. Apesar de a carga horária de Contabilidade Governamental, em algumas IES mineiras, aproximar-se do exigido pelo CFC (180 horas), o presente estudo não fez a análise de conteúdo (emendas, conteúdo programático e metodologias de ensino) para averiguar a qualidade do ensino. Também não foi verificado se a disciplina de Contabilidade Governamental era de cunho prático ou teórico.

Para pesquisas futuras, sugere-se: 1) replicar o estudo e ampliar a base de dados, pesquisando todas as instituições de Ensino Superior brasileiras; 2) analisar o perfil dos egressos de Ciências Contábeis que trabalham no setor governa-

mental, a fim de verificar se as cargas horárias de Contabilidade Governamental das IES desenvolvem realmente profissionais qualificados para atuar nesse setor; 3) realizar uma análise comparativa das preferências pelas metodologias de ensino presencial e a distância, objetivando detectar diferenças na aquisição de conhecimento, por parte dos alunos, dos conteúdos relacionados à área de Contabilidade Governamental.

REFERÊNCIAS

Albrecht, S. W. & Sack, R. J. (2000). *Accounting Education: charting the course through a perilous future*. A joint project of: AAA, AICPA, IMA, Arthur Andersen, Deloitte and Touche, Ernst and Young, KPMG, PricewaterhouseCoopers, Accounting Education Series Vol. 16. Sarasota, FL, USA. American Accounting Association.

Beuren, I. M. (2006). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade, teoria e prática*. 3a ed. São Paulo: Atlas.

Brandalise, F., Fella, L. J., & Zamin, L. M. (2009). O contador público no contexto da gestão pública. *Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto e Desenvolvimento Educacional do Alto do Uruguai*, v. 4(8), p. 2-17.

Cabello, O. G., Bilancieri, M. V. & Azevedo, R. R. (2019). Conformidade Inicial das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor público no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*. v. 20, n. 3, art. 1, p. 5-17.

Cabral, N. P. S. & Andrade, M. E. M. C. (2017). Nível de aderência das normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: Um estudo no ensino superior no Estado de Minas Gerais. (s.d.). Recuperado em 30 nov. 2018, de: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9639_nivel_de_aderencia_das_normas_brasileiras_de_Contabilidade_aplicadas_ao_setor_publico_-_nbcasp_-_um_estudo_no_ensino_superior_no_estado_de_minas_gerais.pdf

Cavalcanti, D. S., Aquino, L. D. P., De Luca, M. M. M., Ponte, V. M. R. & Bugarim, M. C. C. (2011). Adequação dos Currículos dos Cursos de Contabilidade das Universidades Federais Brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade e o Desempenho no Enade. Recuperado em 29 nov. 2018, de: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/905/865>

CFC (2009). Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Recuperado em 20 nov. 2018, de: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/proposta.pdf>

Chan, J. (2010). As NICSPs e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 4, n. 1, p. 1-17.

Curty, N. A. P. & Tavares, T. (2014). A imagem dos contadores sobre sua profissão e a Teoria das Representações Sociais: um estudo empírico na cidade de Londrina e região. *Anais... 5. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*, Santa Catarina.

Dutra, O. T. (2003). Proposta de uma matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis na Grande Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós Graduação em Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 12 nov. 2018, de: <http://migre.me/1cKPo>

Fávero, L. P. & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados: estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Feijó, P. H. (2011). Setor Público prepara a convergência. *Revista Transparente IBRACON*. Abril- jun.

Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Giroto, M. (2010). O que o mercado atual espera dos profissionais contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 185, p. 12-25.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2017). Censo da Educação Superior. Recuperado em 23 mar. 2018, de: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf

Leal, E. A., Soares, M. A. & Sousa, E. G. (2008). Perspectivas dos formandos do Curso de Ciências Contábeis e as exigências do mercado de trabalho. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v.1, n°10, p. 147-159..

Machado, V. S. A. & Casa Nova, S. P. C. (2008). Análise Comparativa entre os Conhecimentos Desenvolvidos no Curso de Graduação em Contabilidade e o Perfil do Contador Exigido pelo Mercado de Trabalho: uma pesquisa de campo sobre Educação Contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-23.

Maciel, E. B., Kronbauer, C. A., Ott, E., Barbosa, M. A. G. & Marquezan, L. H. F. (2015). Análise da aderência das normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP- em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. *Revista ConTexto*. v.15, n. 30, p.111 – 127.

Marion, J. C. (2001). *O Ensino da Contabilidade*, 2a ed., São Paulo: Atlas.

Mulatinho, C. E. S. (2007). Educação contábil: um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de Graduação das universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao programa mundial de estudos em Contabilidade proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU. Recife. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Recuperado em 11 abr. 2018, de http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2700/1/Dissert_Caio%20Eduardo%20Mulatinho.pdf

Musumeci, D. (2002). The Spanish Project (University of Illinois at Urbana-Champaign) Innovations in On-line Learning Center for Academic Transformation - Rensselaer Polytechnic Institute. "There were no significant differences in their scores on listening comprehension, the midterm exam, written skills, or final grades for the course." Recuperado em 02 jan. 2020 de <https://detaresearch.org/research-support/no-significant-difference/the-spanish-project-university-of-illinois-at-urbana-champaign-innovations-in-online-learning/>

Navarro, L. (2006). *O que a Universidade Não Ensina e o Mercado de Trabalho Exige*. São Paulo: Saraiva.

- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2a edição. Porto Alegre: Feevale.
- Reis, A., Sediya, G., Moreira, V. & Moreira, C. (2015). Perfil do Profissional Contábil: Habilidades, Competências e Imagem Simbólica. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 12, n.25, p. 95-116.
- Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação. Recuperado em 22 mar. 2018, de: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf
- Ribeiro, S. L. S. (Org.). (2009). *Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras*. São Paulo: D´Escrever. Recuperado em 20 julh. 2019 de <http://www.eac.fea.usp.br/eac/memoria/ContandoHistoria.pdf>
- Rodrigues, B. C. O. & Miranda, G. J. (2013). Concursos para contador: quais conteúdos vêm sendo priorizados? Congresso Brasileiro de Custos - CBC, 20, 2013, Uberlândia/MG. *Anais*. Uberlândia: CBC.
- Rose-Ackerman, S. (1999). *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, T. L. (2001). The no significant difference phenomenon: A comparative research annotated bibliography on technology for distance education. *AL: International Distance Education Certification Center*.
- Sachuk, M. I. & Shinzaki, K. (2007). Projetos pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis: depositários ou criadores de conhecimento?. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 4, p. 105-128.
- Santos, D. F., Sobral, F. S., Correa, M. D., Antonovz, T. & Santos, R. F. (2011). Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, v. 8, n. 16, p. 137-152.
- Silva, G. M. S. & Rosa, F. S. (2016). O Curso de Ciências Contábeis no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas de ensino superior e seu reflexo na oferta e na demanda no período de 2001 a 2013. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 6, n. 2, p. 94-111.
- Silva, V. R., Miranda, G. J., & Pereira, J. M. (2017). ENADE e Proposta Curricular do CFC: Um Estudo em Cursos Brasileiros de Ciências Contábeis. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 11(3).
- Sorgetz, E. T. S., Ribeiro, L. M., Gamarra, L. R., Grams, M. D. & Berlatto, O. (2014). Áreas de Contabilidade mais desejadas: estudo de caso dos acadêmicos de Ciências Contábeis formados em 2014 da FSG. *Revista Contabilidade, Ciências da Gestão e Finanças*, v. 2, n. 1. p. 4-25.
- Trombetta, M. R. & Cornachione Jr. E. B. (2005). Um estudo empírico da percepção dos alunos de Contabilidade sobre as habilidades de comunicação adquiridas na graduação. *Revista Brasileira de Contabilidade*. v. 152, p. 83-97.